

O PAREAMENTO FORMA-FUNÇÃO “POIS NÃO”: NEOANÁLISE E CONSTRUCIONALIZAÇÃO

André Assis Lôbo de Oliveira¹

Célia Márcia Gonçalves Nunes Lôbo²

Vanessa Siqueira Melo³

RESUMO

O fenômeno linguístico em estudo leva a distinguir dois eixos de análise: a constituição da construção “pois não” e a sua conseqüente expansão na classe hospedeira dos marcadores discursivos. Para o escopo deste artigo, restringiu-se em abordar as questões que subsidiam o primeiro eixo de análise supracitado. Nesse sentido, os postulados teóricos da Gramática de Construções, bem como da Gramática Discursivo Funcional destacados neste texto viabilizaram o entendimento dos micropassos de mudanças desenvolvidos pelas construções ao longo do tempo. Além de apresentar o processo de mudança que contribuiu para a construcionalização de “pois não”, neste trabalho analisa-se o modo como se configura o pareamento “pois não”, no que diz respeito aos seus aspectos de forma e significado.

Palavras-chave: Linguística Funcional Centrada no Uso. Gramática de Construções. Neoanálise.

ABSTRACT

The linguistic phenomenon under study leads to distinguish two axes of analysis: the constitution of the construction “pois não” and its consequent expansion in the host class of discursive markers. For the scope of this article, it was restricted to addressing the issues that support the first axis of analysis mentioned above. In this sense, the theoretical postulates of Construction Grammar, as well as Functional Discursive Grammar highlighted in this text, made it possible to understand the micro-steps of changes developed by constructions over time. In addition to presenting the process of change that contributed to the constructionalization of “pois não”, this work analyzes the way in which the pairing “pois não” is configured in terms of its aspects of form and meaning.

Keywords: Usage-based Functional Linguistics. Construction Grammar. Neoanalysis.

1. INTRODUÇÃO

Devido a seu caráter inusitado, a microconstrução “pois não” no português brasileiro já foi bastante questionada por alguns pesquisadores, todavia as hipóteses sobre sua origem ainda careciam de um estudo teórico e

empírico para serem validadas.

Esta pesquisa, portanto, teve como objetivo investigar a origem, a mudança e a expansão de uso de “pois não” combinando as abordagens da Gramática de Construções (GC) e da Gramática Discursivo Funcional (GDF).

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Grupo de Pesquisa Multidisciplinar do IFMT Vale do Araguaia (GPMIF), Barra do Garças - MT, Brasil, Doutor e Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Goiás - UFG, MBA em Gerenciamento de Projetos pela Faculdade Alves Faria (ALFA), Graduação em Informática pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: andre.oliveira@ifmt.edu.com.br

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Grupo de Estudos Funcionalistas da Universidade Federal de Goiás (GEF-UFG), Doutora e Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Goiás (UFG), e-mail: celiamarciagn@gmail.com

³ Grupo de Pesquisa “Vulnerabilidades no Novo Direito Privado” da Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestra em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Especialista em Direito Civil e Processo Civil e em Docência no Ensino Superior, Graduação em Direito e Graduação em Informática pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: vanessameloadv@gmail.com

Nesse sentido, além de estudar a formação da microconstrução “pois não”, a pesquisa analisou como essa expressão atua enquanto marcador discursivo, preenchendo uma função interpessoal na comunicação.

Observamos como ocorreu o processo de mudança que resultou nos diferentes usos de “pois não”, a partir da análise de dados do português brasileiro falado e escrito no período de implementação do Português Brasileiro, que se estende do século XIX ao século XXI (cf. MATTOS e SILVA, 2008).

Os resultados das análises demonstraram a ocorrência de construtos mais abstratizados (menos composicionais) a partir do século XIX. O processo de implementação desses usos está relacionado ao mecanismo de intersubjetificação, pois o locutor ao usar “pois não” atenta-se às atitudes e necessidades pragmáticas do interlocutor.

Ao longo da catalogação dos dados de língua oral e escrita contemporânea que integram o Corpus do Português (DAVIES e FERREIRA, 2006), corpus eleito para a coleta de dados, descobrimos que a microconstrução “pois não” é instanciada por construtos associados a 8 diferentes usos que se distinguem quanto à função semântico-pragmática e informacional.

Para o escopo deste artigo, o foco está na apresentação das características de constituição do pareamento forma-função “pois não”, portanto, não apresentaremos aqui a descrição de

tais construtos e suas funções específicas na atualização linguística.

A concepção de língua assumida neste estudo está em concordância com a visão funcionalista, reconhecendo o seu dinamismo e a sua fluidez como aspectos que favorecem as mudanças advindas do uso que os falantes fazem da língua. Nesse sentido, ela constitui-se como conteúdo, como um evento de interação (conforme HALLIDAY, 1985; DIK, 1989) e é intersubjetivamente motivada.

Dentre as perguntas de pesquisa que nortearam nossa investigação, destacamos, para este artigo, as discussões e as análises realizadas a fim de apreender os seguintes questionamentos: 1) Como a configuração (forma e função) mais abstrata de “pois não”, funcionando como introdutor de interação e na introdução de turno, se desenvolveu ao longo do tempo de formação do Português Brasileiro? 2) Que tipo de mudança construcional os usos mais abstratizados de “pois não” constituem? 3) Qual é a configuração formal-significativa da microconstrução “pois não” no processo de expansão na classe hospedeira a que se associa?

2. METODOLOGIA

A análise realizada nesta pesquisa se baseia nos resultados mais amplos apresentados em Lôbo (2017), que investiga a origem, a evolução e a disseminação da microconstrução “pois não” no português, sob uma perspectiva tanto sincrônica quanto diacrônica. Logo, a

discussão apresentada neste artigo é inspirada e orientada pelo trabalho dessa pesquisadora, levando em conta os recortes metodológicos e os fundamentos teóricos adotados.

Para esta investigação, o primeiro passo foi selecionar um corpus adequado para a pesquisa. Devido à frequência do uso de “pois não” em situações de interação dialógica, foi escolhido o Corpus do Português (DAVIES e FERREIRA, 2006), por incluir dados de língua falada e escrita em diferentes padrões discursivos e distintos períodos históricos, além de possuir uma interface de simples acesso.

Duas hipóteses principais foram testadas: a origem da expressão a partir do encurtamento da frase “pois não poderia + verbo infinitivo” e a ideia de que seus usos fazem parte de uma rede construcional com variados graus de (inter)subjetividade. Os dados extraídos do corpus, abrangendo o período de formação do português brasileiro (séculos XIX a XXI), forneceram insights sobre os contextos de mudança e as diferentes possibilidades de uso de “pois não” ao longo do tempo.

Para uma análise mais precisa, foram selecionados textos orais e escritos, especialmente ficcionais, que melhor representam a interação face a face. A análise foi embasada em teorias construcionais e princípios da Gramática de Construções e da Gramática Discursivo Funcional, considerando fatores como esquematicidade, produtividade, composicionalidade e intersubjetividade, que

são essenciais para entender a função dessa microconstrução no português brasileiro.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS BASILARES À CONCEPÇÃO DE CONSTRUÇÃO

A compreensão da abordagem construcional passa pelo entendimento de princípios cognitivo-funcionais, os quais subsidiam a concepção de construção. De acordo com Givón (1995), a Linguística Cognitiva entende que, quanto maior a frequência de uso de uma palavra ou construção, menor é o esforço cognitivo requerido para acioná-la ao discurso, ou seja, a rotinização está diretamente relacionada à questão da complexidade cognitiva. Assim, quanto maior for a sua complexidade cognitiva, menor será sua frequência e maior será a sua complexidade estrutural.

Isso posto, o princípio do menor esforço cognitivo, que se baseia na avaliação entre a demanda de elaboração e de processamento de determinada informação, de algum modo, está associado a algumas mudanças que ocorrem na língua, justamente porque o falante tende a substituir estruturas perifrásticas por estruturas mais econômicas (reduzidas, simplificadas), por exemplo. Esse entendimento oferece subsídio teórico para a defesa da hipótese de que a microconstrução “pois não” tenha derivado de uma construção oracional complexa do tipo “pois não haveria de + verbo infinitivo?”, como,

“pois não haveria de fazer / ajudar / entregar?” etc.

Nesse sentido, lançamos mão da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante, LFCU) a qual busca identificar as motivações discursivo-pragmáticas e semântico-cognitivas implicadas no uso das construções que analisa. Com o avanço das pesquisas e das abordagens teóricas, pesquisadores funcionalistas passaram a abordar alguns fenômenos linguísticos, por exemplo, o estudo da gramaticalização, aliado às considerações da perspectiva construcional, alinhando-se a LFCU aos pressupostos teóricos da Gramática de Construções.

Croft (2001) afirma que a noção de construção foi ampliada na GC, a partir dos estudos que vinham se desenvolvendo nesse campo teórico, para incluir a forma e o significado de qualquer estrutura gramatical. Todavia, o autor ressalta que essa generalização não implica que as construções sejam meramente uma lista não estruturada. As construções compõem um “inventário estruturado”, geralmente representado por uma “rede taxonômica”, do conhecimento de um falante e das convenções de sua língua. Rede taxonômica diz respeito à organização e categorização das construções. Desse modo, “cada construção constitui um nó na rede taxonômica das construções” (CROFT, 2001, p. 25).

Partindo dessa prerrogativa de ampliação

da noção de construção, Fischer e Alm (2013) reconhecem que os princípios da GC são produtivos para descrever a gramática de sentenças bem como fenômenos relativos à língua falada. Fried e Östman (2005), por exemplo, defendem a viabilidade de aplicar os postulados da GC no estudo de fenômenos pragmáticos sem comprometer seu estatuto de teoria gramatical.

São exatamente os fenômenos passados na atividade interativa que contribuem para a constituição de usos inovadores na língua, os quais antes de serem implementados, passam por um momento de instabilidade e de especialização em determinada função.

Dentre os autores que têm contribuído para formar o arcabouço teórico da gramática das construções, destacamos Croft (2001) que desenvolve uma teoria de sintaxe, “teoria que caracteriza as estruturas gramaticais supostamente representadas na mente do falante” (CROFT, 2001, p. 3) e que defende a ideia de que praticamente todos os aspectos da representação formal da estrutura gramatical são particulares de cada língua.

Nesse sentido, Croft (2001, p. 4) considera que as construções são as unidades básicas de representação sintática e que as categorias são derivadas das construções em que aparecem. Justificando a não necessidade de amplos aparatos sintáticos, o autor propõe um padrão construcional de análise linguística. Sobre tal teoria, discorreremos brevemente na

seção a seguir.

4. PADRÃO CONSTRUCIONAL DE CROFT (2001)

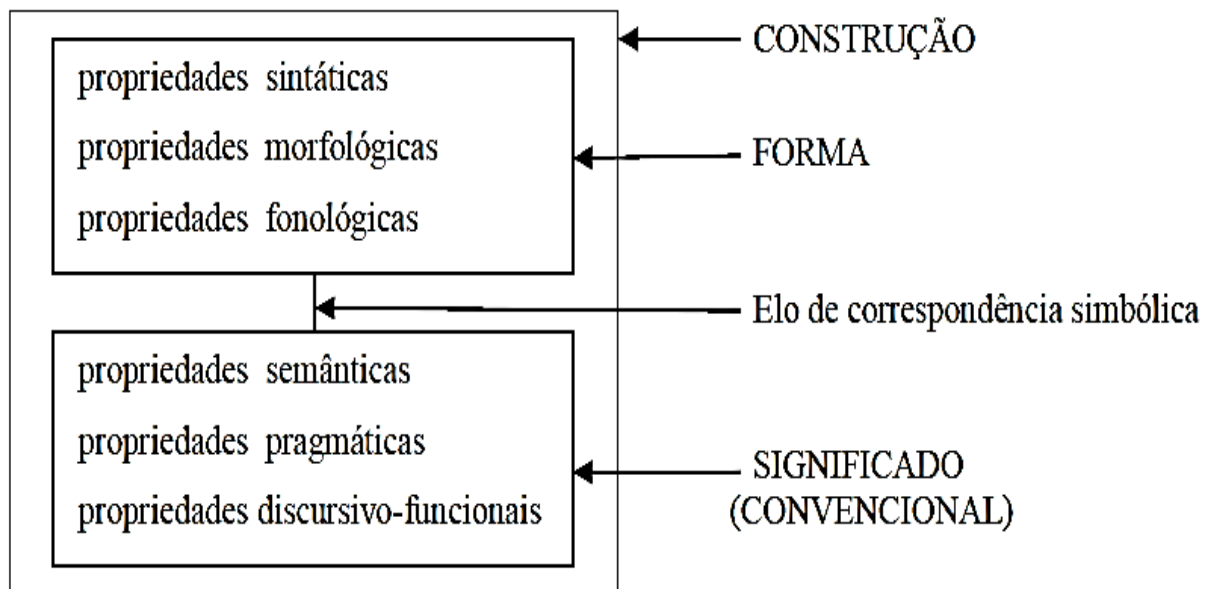
Croft (2001) propõe a “Gramática de Construções Radical” como uma teoria da sintaxe e uma variedade da Gramática Construcional que parte de uma reavaliação dos métodos de argumentação sintática utilizados pelos linguistas desde o período estruturalista. O autor sugere, como tese central do que ele mesmo denomina de Radical construction grammar, a possibilidade de analisar os fenômenos linguísticos sem a necessidade de se ater a nomenclaturas complexas e a categorias sintáticas. Além disso, ele considera a

construção como unidade primitiva de análise.

O pesquisador compartilha com Langacker (1987) o pensamento de que as construções consistem em pares de forma e significado que são, no mínimo, parcialmente arbitrários. Assim, partindo dessa concepção, pressupõe-se que as estruturas da gramática das línguas não podem ser analisadas e descritas seguindo apenas critérios morfossintáticos ou considerando apenas as propriedades semânticas dos elementos que as compõem, pois o significado da construção como um todo não corresponde meramente à soma das unidades que a constitui.

Desse modo, Croft (2001) propõe o seguinte modelo de construção (Figura 1):

Figura 1 - A estrutura simbólica de uma construção



Fonte: Adaptada de Croft (2001, p. 18) (tradução nossa)

Mediante tal representação, Croft (2001) sugere que as construções são unidades

fundamentalmente simbólicas, apresentando uma parte formal (que inclui propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas) e uma parte funcional (que inclui propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais). Ademais, o elo entre forma e sentido convencional é interno à construção, o que implica dizer que, se por um lado as estruturas conceptuais podem ser interlinguísticas, por outro, as construções são específicas de cada língua.

Esse modelo expõe padrões comuns em análises linguísticas, porém, a partir dessa estrutura, a abordagem é feita de modo mais simplificado, comparada à abordagem linguística componencial.

Quanto às propriedades sintáticas, analisam-se questões como: a relação de hierarquia, a constituição sintagmática, a ordem oracional, a posição dos constituintes etc. Nas propriedades morfológicas, analisam-se morfemas e a sua correspondência às categorias gramaticais. E, no tocante às propriedades fonológicas, consideram-se entonação e os fonemas com seus traços distintivos. Em relação à entonação, percebemos esse aspecto marcado na escrita mediante recursos como a exclamação, a interrogação e a pausa (caracterizada pela utilização de reticências, vírgula e o ponto final).

As propriedades semânticas dizem respeito ao nível do conteúdo, logo, observam-se o significado, os traços semânticos, o papel

semântico, a transitividade etc. As propriedades pragmáticas são definidas pelas funções de tópico e foco, pelas noções de intencionalidade, e por todas as questões que envolvem a relação interpessoal. Já as propriedades discursivo-funcionais têm a ver com questões textuais e extratextuais (contextuais), referem-se a fatores relativos às noções de figura e fundo, à percepção de conteúdos mais ou menos informacionais, à relação entre esses conteúdos etc.

A distinção estabelecida por Croft (2001), na perspectiva construcional, entre as propriedades pragmáticas e as discursivo-funcionais vai ao encontro do que propõem Hengeveld e Mackenzie (2008) na GDF. Em tal abordagem, também se distinguem funções discursivas e funções pragmáticas. As funções discursivas lidam com aspectos da Retórica, no sentido de que especificam a organização de estratégias comunicativas como um todo. Já as funções pragmáticas especificam estratégias interativas entre falante e ouvinte, de modo que seu estudo se insere no nível interpessoal de análise. No modelo de análise da GDF, essas propriedades são entendidas como um nível de análise dentro da gramática, numa perspectiva mais ampla.

Por sua vez, na abordagem construcional, o nível discursivo-funcional corresponde a um aspecto mais pontual na análise, ou seja, refere-se à rede de relações instituídas num nível textual que refletem

relações decorrentes dos aspectos conceituais, representacionais, informacionais que compõem o discurso. Portanto, nessa perspectiva, o discurso diz respeito aos efeitos derivados do texto (unidade básica de sentido em qualquer abordagem funcionalista) e neste são constituídas as funções retóricas priorizadas na GDF.

As relações do nível pragmático na GC são específicas da relação falante-ouvinte, locutor-interlocutor. Portanto, integram esse nível os construtos (expressões linguísticas) de força intersubjetiva.

Se pensarmos num sentido mais amplo, os aspectos pragmáticos estão inseridos no nível discursivo, mas nem tudo que é discursivo é pragmático. Portanto, na abordagem construcional, assim como na GDF, se separam os níveis discursivo e pragmático para propósitos de análise.

Em suma, para a GC, provavelmente não há um elemento isolado representando o nível discursivo, mas sim uma rede de elementos. Pertencem a esse nível unidades que contribuem para a progressão temática, em termos informacionais e/ou argumentativos.

Feitas essas considerações sobre os níveis semântico, pragmático e discursivo, é notável a percepção de que a noção de significado é abrangente na GC. Isso porque a abordagem não se limita ao nível semântico. Abarca os três níveis de constituição linguística. Nesse sentido, Croft (2001, p. 19) explica que

O termo “significado” pretende representar todos os aspectos convencionalizados de função de uma construção, que pode incluir não apenas as propriedades da situação descrita pelo enunciado, mas também propriedades do discurso em que o enunciado é encontrado (por exemplo, o uso do artigo definido para indicar que o referido objeto é conhecido tanto pelo falante quanto pelo ouvinte), e da situação pragmática dos interlocutores [...].

Na perspectiva da GC, o significado é cultural, relaciona-se ao contexto, ou seja, ele advém do uso, das negociações de significado, mas está encapsulado na construção. Não corresponde ao significado lexical, simplesmente. Difere do que Saussure traz como significado (apenas a imagem mental). Assume-se a concepção de Langacker (1987, 2013) de que significado é a representação de conceitos e parte do social. O significado, portanto, não está “na coisa”, está na construção que se faz a partir do que se vê. Nesse sentido, as unidades simbólicas presentes na língua não têm uma relação direta com o mundo. Isso porque elas passam pelo crivo do pensamento e do ponto de vista, que são fundamentais à significação.

Por isso, é essencialmente coerente conceber a língua como uma construção, porque ela não consiste numa representação direta do mundo, mas sim numa elaboração da maneira como cognitivamente seus usuários percebem e representam os eventos do mundo. A língua está diretamente relacionada com a forma como vemos o mundo e do que somos no mundo, e isso se reflete em sua estrutura.

No tópico seguinte, discorreremos sobre os

conceitos de “mudança construcional” e “construcionalização” os quais são importantes ao entendimento dos processos que configuraram a constituição da microconstrução “pois não”, mais especificamente, abordamos a respeito da neanálise e da analogia, pressupostos essenciais a tal compreensão.

5. MUDANÇAS CONSTRUCIONAIS E CONSTRUCIONALIZAÇÃO

Os estudos sobre mudanças que ocorrem nos sistemas linguísticos têm sido alvo de análise em diversas correntes teóricas que visam pesquisar a constituição e a função das línguas. No âmbito da abordagem funcionalista, no que se refere à mudança linguística, ganham relevância os estudos sobre gramaticalização. A gramaticalização, na perspectiva clássica, é definida como uma abordagem que prevê um processo unidirecional de mudança de um item lexical à gramatical, podendo mudar de categoria sintática, receber propriedades funcionais na sentença e adquirir alterações semânticas e fonológicas (cf. HOPPER, 1991)

Dentre os mecanismos cognitivos envolvidos no processo de gramaticalização, e na mudança linguística de modo geral, os estudos sob esse enfoque dão destaque à analogia e à reanálise. A analogia é compreendida como um mecanismo mediante o qual a mente humana estabelece relações de similaridade entre formas originalmente distintas. A analogia corresponde a um tipo de

raciocínio que não ocasiona a mudança linguística propriamente, pois modifica manifestações superficiais da língua. Todavia, por proporcionar a expansão de usos através de um processo que parte de construções já existentes e generaliza regras para o uso de novas construções, consiste em um importante mecanismo para a ocorrência de mudança.

A reanálise, por sua vez, é definida por Langacker (1977, p. 58) como “uma mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve qualquer modificação imediata ou intrínseca de sua manifestação superficial”. O autor esclarece ainda que a reanálise pode levar a mudanças no nível superficial, todavia tais mudanças estão muito mais relacionadas a um resultado natural e esperado de modificações primeiramente na funcionalidade das regras e no entendimento de representações. Desse modo, a reanálise é entendida como mudança na estrutura sintática.

Avançando os estudos sob o viés funcionalista, chegamos à abordagem da Gramática de Construções. Traugott e Trousdale (2013), representantes da abordagem construcional, enfatizam a analogia como um dos principais mecanismos cognitivos envolvidos nas mudanças linguísticas.

Bybee (2015) afirma que na história da língua, a analogia é um mecanismo que usualmente está relacionado a mudanças no paradigma morfológico. A autora define a analogia morfológica como “[...] a remarcação

da palavra baseada na similaridade a outras palavras existentes na língua” (BYBEE, 2015, p. 93). O foco da analogia na perspectiva construcional está na correspondência entre a fonte original e alguma construção existente que é considerada similar em alguns aspectos, e abordada como um exemplar ou um conjunto atrator a partir do qual se produzem outros usos.

No que diz respeito ao fenômeno de análise desta pesquisa, a analogia pode ser considerada o gatilho que atuou na expansão dos usos de “pois não”, pois, mediante uma mesma construção (pois não), instanciam-se diversos valores semânticos. Ela passa a ser uma opção da classe hospedeira do esquema de marcadores discursivos do português brasileiro. Nessa classe, a microconstrução “pois não” assume um papel relevante, pois é abundante em usos e em possibilidades de efeitos de sentido que ajuda a produzir.

Já em relação à reanálise na abordagem construcional, Traugott e Trousdale (2013) sugerem uma substituição do termo “reanálise”, abordado em Langacker (1977), pelo termo “neoanálise”, baseados no argumento de que, a rigor, não se pode “re-analisar” uma estrutura que não se “tem”, isto é, quando o usuário da língua não conhece determinada construção e a interpreta de modo diferente que o habitual, não ocorre uma “re-análise”, mas sim uma “neoanálise”, que consiste justamente na modificação de um elemento de uma construção que acontece como consequência de uma

inovação do falante. Sendo assim, a neoanálise é considerada como um micropasso para uma mudança estrutural.

De modo geral, a neoanálise ocorre a partir de padrões de usos correspondentes da língua, mediante o “pensamento analógico”, processo cognitivo que viabiliza a transferência de elementos de um domínio para o outro. Segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 21-22), “[o] recrutamento de um item para um subesquema que pode resultar de pensamento analógico é um mecanismo de mudança que chamamos ‘analogização’”. O pensamento analógico, portanto, diz respeito à motivação para a mudança, representa uma possibilidade para modificações, já a analogização se refere ao mecanismo ou processo de mudança que provoca correspondências de significado e de forma que não existiam antes.

A aceitabilidade das novas construções instanciadas mediante analogização repousa nas semelhanças com sequências já convencionalizadas e, portanto, presentes na rede linguística dos falantes. Uma vez fixado o modelo, o pensamento analógico colabora para criar/replicar a partir do conjunto atrator. Diante disso, é comum a ocorrência de construtos cuja trajetória de mudança resultou de analogização.

Nesse sentido, estão envolvidos, na trajetória de mudança, processos como a inovação e a convencionalização. A inovação consiste em um potencial individual da construção para a mudança. A inovação só

contribui para uma mudança quando ocorre a convencionalização do novo uso entre um grupo de falantes. Sendo assim, para que uma inovação seja considerada uma mudança, primeiramente, é necessário que seja replicada. Desse modo, a inovação linguística é influenciada pela subjetividade, pois provém de uma situação em que, na interação comunicativa, o ouvinte interpreta uma construção e a analisa diferentemente das pretensões iniciais do falante. No momento em que o ouvinte neoanalisa os significados pragmáticos dessa construção como significados semânticos e passa a utilizá-la em outras situações comunicativas, sendo compreendido por outros usuários da língua, a intersubjetividade também está envolvida.

Tendo em vista a concepção de língua adotada como um conjunto de construções, a mudança linguística é compreendida como toda e qualquer alteração nesta rede formada por pareamentos de forma e função. Traugott e Trousdale (2013) propõem que as mudanças podem se caracterizar como dois processos distintos: mudança construcional, que diz respeito a alterações em apenas um plano construcional (forma ou significado), e construcionalização, que se refere a alterações no plano da forma e do significado simultaneamente.

Segundo os autores, a mudança construcional “começa quando novas associações entre construtos e construções

surgem ao longo do tempo, ou seja, quando a replicação de tokens leva a categorizações provisórias que não estavam disponíveis para usuários da língua antes e podem, portanto, ser chamadas de ‘novas’” (TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013, p. 17). Embora as mudanças construcionais possam induzir a construcionalização, nem sempre acarretam a instanciação de uma nova construção. Logo, as mudanças construcionais indicam polissemias e colaboram para a ocorrência de construcionalização, constituindo-se em uma etapa anterior a esta.

A construcionalização, por sua vez, é definida como a criação de um novo pareamento forma-significado, ou seja, implica a elaboração de um novo signo no sistema linguístico, consistindo em uma mudança type, corroborando na entrada de uma nova construção na rede. Trata-se da constituição de novos tipos de nós, os quais apresentam nova sintaxe ou morfologia, ou mesmo novas informações fonológicas e prosódicas, e um novo significado codificado na rede linguística de uma população de falantes. As mudanças em construcionalização podem ser analisadas conforme o grau de esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A criação de novos nós na língua pode ser de natureza gramatical, denominado de construcionalização gramatical, ou de natureza lexical, a construcionalização lexical, respectivamente abordados na TCG como gramaticalização e

lexicalização.

Impreterivelmente, para que haja construcionalização é necessário constatar mudanças no nível da forma e no do significado simultaneamente, pois a construcionalização envolve neanálise da forma morfossintática e do significado semântico/pragmático, e mudanças fonológicas e discursivas em diversos estágios.

O processo de construcionalização, conforme comentamos anteriormente, pode se dar na direção do léxico ou da gramática. Para compreendermos melhor a constituição de construções via construcionalização gramatical ou lexical, na seção seguinte, arrazoamos como são consideradas, atualmente, as categorias gramaticais e lexicais na GC, partindo do percurso traçado desde a Teoria Clássica de Gramaticalização. Esta seção é importante no sentido de compreendermos a justificativa de considerar a construção “pois não” como resultado de uma construcionalização gramatical.

6. GRAMATICALIZAÇÃO E LEXICALIZAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA GC

Desde Meillet (1948[1912]), considerado o precursor da Teoria Clássica da Gramaticalização (TCG), discutia-se a mudança de construção lexical a gramatical como um processo de perda, conforme a Gramaticalização por Redução (GR). No entanto, a

Gramaticalização por Expansão (GE), proposta por Himmelmann (2004), introduz a ideia de que a expansão semântica e sintática também ocorre nesse processo. Trabalhos recentes dentro da Gramática de Construções (GC) sugerem que GR e GE são processos entrelaçados, e que as construções podem evoluir tanto em direção ao léxico quanto à gramática.

A GC propõe que as construções discursivas, como é o caso de “pois não”, devem ser vistas como parte de um continuum que abrange elementos lexicais, gramaticais e discursivos. Isso desafia a visão tradicional de categorias estritas entre léxico e gramática.

O estudo da construcionalização, que engloba tanto a gramaticalização quanto a lexicalização, vai além desses processos ao considerar forma e significado igualmente importantes na análise da mudança. A GC enfatiza a importância do contexto no surgimento de novas funções gramaticais, propondo que essas mudanças ocorrem dentro de construções específicas, influenciadas por relações paradigmáticas em determinadas etapas históricas da língua.

Nesta pesquisa, valemo-nos da proposta de Diewald (2006a). Tal pesquisadora evidencia que novas funções gramaticais não surgem de modo homogêneo, ao contrário, suas origens estão ligadas a “contextos” linguísticos específicos ou a “construções” específicas. Assim, propõe um modelo de análise que integra aspectos semânticos, morfológicos e estruturais,

ênfatisando o papel das relações e influências paradigmáticas entre construções em uma determinada etapa histórica na língua. Tal modelo faz distinção entre três fases

cronológicas das funções gramaticais ordenadas diacronicamente e associadas a tipos de contextos peculiares, como pode ser visto no Quadro 1:

Quadro 1 - Tipos de contexto em gramaticalização

Estágio	Contexto	Significado / Função
I Pré-condições da gramaticalização	Contextos atípicos	implicatura conversacional
II Desencadeamento de gramaticalização	Contextos críticos	opacidade múltipla
III Reorganização e diferenciação	Contextos isolados	polissêmico / heterônimo

Fonte: Adaptado de Diewald (2006a, p. 4)

Os tipos de contextos de mudança abordados por Diewald (2006a) foram inicialmente pensados como estágios de gramaticalização. Contudo, partindo do princípio de que houve uma atualização na teoria sobre gramaticalização para a abordagem construcional (que pode se dar em nível lexical ou gramatical, conforme exposto anteriormente), e que, portanto, construcionalização diz respeito tanto a processos de gramaticalização quanto de lexicalização, percebemos a viabilidade de relacionar o trabalho de Diewald (2006a) e a perspectiva construcional de Traugott e Trousdale (2013), a fim de constituir um corpo de conhecimento que embase a análise dos micropassos de mudanças da construção “pois não” sincrônica e diacronicamente.

As considerações teóricas de escopo construcional expostas até aqui direcionaram as

observações e as constatações dessa investigação, apresentadas na sequência.

7. CONTEXTOS DE MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO DA MICROCONSTRUÇÃO “POIS NÃO”

Em busca de resposta à primeira pergunta de pesquisa destacada na seção introdutória deste artigo, e com o intuito de ratificar a hipótese acerca da constituição de “pois não” a partir de uma oração modal, realizamos diversas buscas no corpus buscando indícios que pudessem nos guiar à percepção de como a configuração (forma e função) mais abstrata de “pois não”, funcionando como introdutor de interação e na introdução de turno se desenvolveu ao longo do tempo de formação do Português Brasileiro.

Tal busca, nos forneceu dados relevantes

de ocorrências das construções “pois” e “não” que nos permitiram alguns direcionamentos para a definição do contexto típico (fonte) de “pois não”, bem como nos possibilitaram traçar o percurso de mudança até a sua constituição como microconstrução “pois não”, sintetizado no Quadro 4, com base na proposta de análise de

contextos sugerida por Diewald (2006a).

Mediante a análise dos contextos de mudanças, pudemos validar a hipótese que inicialmente defendemos sobre a origem dessa microconstrução. A possibilidade de que o contexto típico seja a oração perifrástica modal se mostrou fortemente justificável.

Quadro 2 - Micropassos de mudanças da microconstrução “pois não” no PB

CONTEXTO	Caracterização	Esquema e exemplo
TÍPICO	Composicional	V _{.aux. modal} + CONJ _{.conclusiva} + [PREP.] + NÃO + V _{.principal} + COMPL.
		Haveria, pois, de não realizar seu pedido?
ATÍPICO	Perda da função sintática da construção “pois” como conjunção	Elemento _{não oracional} + POIS _{conclusivo} + V _{.aux. modal} + [PREP.] + NÃO + V _{.principal} + COMPL.
		Por que, pois , haveria de não realizar seu pedido?
CRÍTICO	Perda da função semântica da construção “pois” como conclusão	POIS _{discursivo} + NÃO + V _{.principal} + COMPL.
		Pois não realizaria seu pedido?
ISOLADO	Perda da função semântica da construção “não” e <i>chunking</i> entre a construção “pois” e a construção “não”	POIS + NÃO
		Pois não?

Fonte: elaboração própria

Também pudemos confirmar a hipótese de que o paradigma forma-função constituído pelos usos de “pois não” integra um cline cujos extremos vão de subjetivo à intersubjetivo, pois inicia-se com a subjetividade do falante em modalizar seu discurso, até chegar a um estágio em que atua no nível interpessoal, no qual a

construção é diretamente orientada ao ouvinte.

8. PAREAMENTO FORMA-FUNÇÃO DA MICROCONSTRUÇÃO POIS NÃO

Conforme já explicado, construtos são usos empiricamente atestados e correspondem

ao último nível de uma rede construcional. Portanto, ao abordar, nesta seção, as características referentes ao pareamento forma-função da microconstrução “pois não”, estaremos nos reportando aos usos que se instanciam em contexto isolado.

No que diz respeito às propriedades da FORMA, constatamos que a microconstrução “pois não” não exerce função sintática na oração. Fator que, aliás, é uma das características dos MDs. Ainda sobre propriedades sintáticas, percebemos a microconstrução atuando como elemento introdutor de interação, fixando-se no início da oração, ou ao final de sentença interrogativa. No campo morfológico, exhibe elementos invariáveis que passaram por um processo de chunking, o que conseqüentemente a torna uma microconstrução também invariável morfológicamente. Quanto aos aspectos fonológicos, notamos uma forma fônica reduzida decorrente de “Pois não haveria de + infinitivo”, resultando na criação de um só vocábulo fonológico ([pojz.n'ẽw]), cujo acento tônico recai na segunda subparte da construção (“não”), que se apresenta com natureza de exclamação, interrogação e pausa, marcada pela saliência na entonação.

Em relação às propriedades do SIGNIFICADO, quanto ao aspecto semântico, notamos a abstratização das duas subpartes da microconstrução, com perda do sentido de conectivo da primeira subparte e perda do

sentido de negação da segunda subparte, em detrimento de um sentido de disponibilidade e afirmação em relação ao que é expresso na interação interpessoal. No que diz respeito a fatores de ordem pragmática, destacamos a microconstrução apresentando-se como subjetiva por expressar a atitude do locutor em transmitir um sentido afirmativo; mas essencialmente intersubjetiva, atuando em circunstâncias que partem do direcionamento do locutor em atendimento às necessidades de um interlocutor. A instanciação pragmática contém predominância da função fática e enfática e é revelada nos Atos Discursivos de ironia, admiração, exortação, declaração, admoestação, comprometimento, interrogação, introdutor de interação (cf. HENGEVELD e MACKENZIE, 2008). Quanto às propriedades discursivo-funcionais, constatamos a ocorrência do “MD pois não” em situações de oralidade, essencialmente em seqüências de fundo dialogal.

Devido a alterações no pareamento forma-função, a microconstrução “pois não” se movimenta do domínio composicional para o domínio cognitivo, direcionando-se do domínio das relações lógico-semânticas básicas (tais como conclusão e negação, por exemplo) para domínios superabstratos da comunicação. Logo, passa a compor o domínio discursivo, menos conteduístico e mais intersubjetivo.

Nesse sentido, ao analisarmos a microconstrução “pois não” quanto ao fator de

esquematicidade, a princípio, afirmaríamos que ela apresenta baixo grau de esquematicidade, pois não permite que seus slots sejam preenchidos por outros elementos, já que resulta de um processo de chunking. Todavia, se considerarmos a esquematicidade como a possibilidade de uma construção integrar diferentes esquemas, nesse caso, poderíamos dizer que a microconstrução “pois não” é bastante esquemática dentro do conjunto das ilocuções abstratas, pois é nesse campo que percebemos a abertura de diversos slots pragmáticos. Sendo assim, por se instaurar no âmbito pragmático, a sua esquematicidade é altamente abstrata. Sobre a produtividade dessa microconstrução, considerando que este fator se relaciona ao quanto uma construção tem seus usos estendidos a diferentes contextos discursivos, sua produtividade também é maior no plano ilocucionário. Acerca de sua composicionalidade, a microconstrução “pois não” exibe baixo grau composicional, uma vez que não há compatibilidade entre o significado das partes e a sintaxe, ou seja, a correspondência entre forma-função é opaca.

Por fim, as considerações realizadas sobre construcionalização gramatical e lexical, na seção 6 deste artigo, nos oferecem subsídios para assumir essa microconstrução como resultante de construcionalização gramatical, já que ela tem função procedural.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento desta pesquisa, descrevemos uma análise do processo de mudança de “pois não” como marcador discursivo e sua instanciação, expansão e implementação no nível interpessoal do PB. A imprevisibilidade de seus aspectos composicionais incitou-nos a investigar sobre essa construção recorrente na fala brasileira em situações interativas. Os dados atestaram que a microconstrução “pois não” é um uso inovador na língua portuguesa, sendo que o gatilho para tal construcionalização no PB ocorre no século XIX.

A principal hipótese desta pesquisa consistiu na ideia de que a microconstrução “pois não” no PB deriva de uma construção oracional modal esquematizada por “Poderia, pois, não + verbo infinitivo”. Tal hipótese foi confirmada durante a análise que se fundamentou na proposta de contextos de Diewald (2006a).

Considerando-se o pareamento forma-função “pois não”, já com uso inovador de MD, tomando como base os postulados de Croft (2001) e os parâmetros de análise de Traugott e Trousdale (2013), constatamos que a microconstrução “pois não” atua muito mais como um elemento de ordem gramatical do que lexical. Muito embora essa microconstrução não apresente função sintática na sentença oracional básica, ela funciona como um elemento discursivo. Diante disso, respondendo à segunda pergunta de pesquisa, concluímos que a

formação do “pois não” resultou de um processo de neoanálise e de mudanças construcionais nos dois polos de seu pareamento forma-função, consistindo em um caso de construcionalização de natureza gramatical, logo uma construcionalização gramatical.

A resposta à terceira pergunta de pesquisa, referente a como se apresenta a configuração formal-significativa da microconstrução “pois não”, foi relatada na seção 8 deste artigo, em que expomos as propriedades sintáticas, morfológicas, fonológicas, semânticas, pragmáticas e discursivas de “pois não”, e suas características quanto à esquematicidade, composicionalidade, produtividade e dimensões (tamanho, especificidade fonológica e tipo de conceito).

Neste estudo, nos detivemos a pesquisar sobre um fenômeno linguístico que, atualmente, no uso, integra a linha dos MDs no plano da língua, mas que antes disso, integra um domínio interpessoal. Esse fenômeno linguístico se revela como um marcador discursivo pois não pertence à sintaxe, pertence ao texto, consistindo em um elemento mais alto na estrutura de organização linguística. No nível do texto, ele se revela numa sequência dialogal. Esse uso já se discursivizou e pertence, portanto, ao nível pragmático e interpessoal de formação da gramática.

Enfim, ao final desta pesquisa, esperamos ter contribuído com os estudos linguísticos descritivos sobre mudanças

linguísticas no PB e ter instigado, com este estudo, que outras pesquisas sejam realizadas visando a também contribuir para o fortalecimento da perspectiva teórico-analítica da Gramática de Construções.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan L. **Language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CROFT, William. **Radical construction grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. **Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s**. (2006-). Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>.

DIEWALD, Gabriele. **Context types in grammaticalization as constructions**. *Constructions, Special Volume 1: Constructions all over - case studies and theoretical implications*, p. 1-28, jan. 2006a.

DIK, Simon C. **The theory of Functional Grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

FISCHER, Kerstin; ALM, Maria. A radical construction grammar perspective on the modal particle-discourse particle distinction. In: DEGAND, L.; CORNILLIE, B.; PIETRANDREA, P. (Eds.). **Discourse Markers and Modal Particles: Categorization and description**. John Benjamins Publishing Company, Amsterdam, 2013. p. 47-88.

FRIED, Mirjam; ÖSTMAN, Jan-Ola. Construction Grammar and spoken language: the case of pragmatic particles, **Journal of Pragmatics**, n. 37, p. 1752–1778, 2005.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. The interpersonal level. In: _____. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. New York: Oxford University Press, 2008. p. 46-127.

HIMMELMANN, Nikolaus P. Lexicalization and grammaticization: Opposite or orthogonal? In: BISANG, Walter; HIMMELMANN, Nikolaus P.; WIEMER, Björn (eds.). **What makes grammaticalization: a look from its fringes and its components**. Berlin: de Gruyter, 2004. p. 21-42.

HOPPER, Paul. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. (Eds.). **Approaches to grammaticalization**. v. 1, Philadelphia, John Benjamins Company, 1991. p. 17-36.

LANGACKER, Ronald. **Foundations of Cognitive Grammar**: v. 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. Syntactic reanalysis. In: LI, Charles N. (Ed.). **Mechanisms of syntactic change**. Austin: University of Texas Press, 1977. p. 57-139.

LÔBO, Célia Márcia Gonçalves Nunes. **A microconstrução “pois não” no português brasileiro: construcionalização e expansão**. 2017. 129 p. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestão para uma pauta de pesquisa. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v. 34, p. 11-30, 2008.

MEILLET, Antoine. L'évolution des formes grammaticales. In: **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948 [1912]. p. 130-148.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.